



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 07/12/2007

Silvio Siqueira Barbosa  
Mat.: Sispe 91745

CC02/C01  
Fls. 844

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**PRIMEIRA CÂMARA**

<b>Processo nº</b>	10675.002041/2003-11
<b>Recurso nº</b>	128.574 Voluntário
<b>Matéria</b>	PIS/Pasep
<b>Acórdão nº</b>	201-80.418
<b>Sessão de</b>	18 de julho de 2007
<b>Recorrente</b>	GRANJA PLANALTO LTDA.
<b>Recorrida</b>	DRJ em Juiz de Fora - MG



Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/02/1999 a 31/08/2002

Ementa: BASE DE CÁLCULO. RECEITA DA VENDA DE BENS DO ATIVO PERMANENTE.

Não integra a base de cálculo do PIS a receita da venda de bens do ativo permanente.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

*Josefa Maria Ilbarques*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

*Walber José da Silva*  
WALBER JOSÉ DA SILVA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, Roberto Velloso (Suplente), José Antonio Francisco e Antônio Ricardo Accioly Campos.

Ausente o Conselheiro Gileno Gurjão Barreto.

Brasília, 07/12/2007

Silvio Silveira Barbosa  
Mat. Sispe 91745

CC02/C01  
Fls. 845

## Relatório

Contra a empresa GRANJA PLANALTO LTDA. foi lavrado auto de infração para exigir o pagamento de PIS, em face da constatação de insuficiência de pagamento ou de declaração da exação.

Inconformada com o lançamento, a empresa ingressou com a impugnação de fls. 567/587 no dia 01/09/2003 e, no mesmo dia, ingressou com o pedido de desistência parcial da impugnação por ter aderido ao PAES, mantendo a impugnação relativamente à inclusão efetuada pelo Fisco na base de cálculo do PIS da receita oriunda do descarte (venda) de aves matrizes e, também, dos créditos de IRPJ e CSLL, por compensação das bases negativas e de prejuízos fiscais escriturados com multas e juros confessados no Refis, no ano calendário de 2000.

A 2ª Turma de Julgamento da DRJ em Juiz de Fora - MG julgou o lançamento procedente em parte para excluir da base de cálculo os créditos de IRPJ e CSLL, por compensação das bases negativas e de prejuízos fiscais escriturados com multas e juros confessados no Refis, no ano calendário de 2000, mantendo a tributação da receita oriunda da venda de aves matrizes impróprias para a produção de ovos, nos termos do Acórdão DRJ/JFA nº 5.509, de 03/12/2003 - fls. 615/619.

Inconformada e tempestivamente a recorrente ingressou com recurso voluntário, alegando, em apertada síntese, que:

1 - o ciclo de produção das aves matrizes inicia-se pelo período de formação 6 (seis) meses, no qual, além do investimento na sua aquisição, são gastos recursos com rações e vacinas, visando prepará-las para a plena produção. Neste período as aves são escrituradas na subconta do imobilizado: "**AVES EM FORMAÇÃO**";

2 - após o período de 6 (seis) meses as matrizes começam a produzir ovos para consumo e para pintos de um dia, produtos que formam a receita operacional da empresa. Nesta fase, contabilmente, são classificadas na subconta: "**AVES EM PRODUÇÃO POR LINHAGEM**", onde permanecem por aproximadamente 12 (doze) meses, durante o qual o valor contábil de tais aves é depreciado;

3 - esgotado o período de produção, as aves são descartadas, isto é, vendidas para terceiros, e, por força da legislação fiscal estadual, esta operação é tributada pelo ICMS;

4 - as aves não são adquiridas para comercialização ou abate, mas tão-somente para a produção de ovos e de pintos de um dia. Nestas condições, constituindo-se bens do ativo imobilizado, a sua venda não pode ser caracterizada como receita operacional e, por esta razão, é excluída da base de cálculo do PIS, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.718/98; e

5 - a cobrança dos valores incluídos no Paes, conforme se verifica da intimação que deu ciência à recorrente da decisão de primeiro grau, é ilegal e indevida.

Na sessão do dia 17 de maio de 2005 este Colegiado deixou de apreciar as razões da recorrente a respeito de que a Unidade Preparadora da SRF estaria cobrando o

AM

67

Brasília,

07/

12

2007

Silvio Silveira Barbosa  
Mat.: Siage 91745

CC02/C01  
Fls. 846

crédito tributário incluído no PAES, em face do despacho de fl. 716 daquela Unidade Preparadora, dando notícia de que os débitos incluídos no Paes foram transferidos para o Processo nº 10675.001624/2004-05, conforme **TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO** de fls. 623/626.

Também na mesma sessão este Colegiado deliberou pela conversão do julgamento em diligência para a repartição preparadora informar o seguinte:

1 - se as aquisições de aves matrizes, no período de 01/01/1999 a 31/12/2003, foram contabilizadas no Ativo Permanente, na conta AVES EM FORMAÇÃO, e, ao entrarem em produção, houve a transferência para a conta AVES EM PRODUÇÃO POR LINHAGEM, também do Ativo Permanente. Em caso negativo, identificar as aquisições e as vendas de matrizes que não receberam o tratamento contábil alegado pela recorrente;

2 - se os custos com a formação das aves matrizes também foram contabilizados no Ativo Permanente;

3 - se houve o lançamento de despesas com depreciação, relativamente a conta AVES EM PRODUÇÃO POR LINHAGEM, que reflita o esgotamento da capacidade produtiva das matrizes em, aproximadamente, 12 (doze) meses;

4 - se a recorrente comercializa aves adquiridas para revenda ou de sua produção;

5 - se a quantidade de aves matrizes vendidas no período da autuação guarda relação com a quantidade de aves adquiridas para a produção de ovos. O levantamento pode ser por amostragem, para um determinado período ou para um determinado lote de aves; e

6 - prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

Realizada a diligência, foi produzido o "RELATÓRIO FINAL DE DILIGÊNCIA" de fls. 824/825, no qual a autoridade fiscal confirma as alegações da recorrente de que não adquire aves para comercialização e que suas aquisições de aves se destinam a produção de ovos e são contabilizadas no Ativo Permanente e, quando as aves entram em produção, é feito o lançamento na conta de depreciação, redutora do ativo. Todas as aves comercializadas são de produção da recorrente e foram utilizadas na produção de ovos e vendidas somente após o seu exaurimento.

É o Relatório.

6/

Brasília,

07

12

/2007

Silvio Guterz Barbosa  
Maior-Sapé 91745

CC02/C01  
Fls. 847

## Voto

Conselheiro WALBER JOSÉ DA SILVA, Relator

Como relatado, a lide versa sobre a inclusão, na base de cálculo do PIS, da receita oriunda do descarte (venda) de aves matrizes, contabilizadas no ativo permanente.

Na diligência ficou comprovada a alegação da recorrente de que adquire material genético de ave, contabilizando estas aquisições, bem como os custos necessários à formação da ave, no ativo permanente.

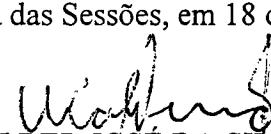
Após o exaurimento da capacidade produtiva da ave, a mesma é vendida a terceiros para abate ou para revenda. Por exigência da legislação do ICMS, tal venda é equiparada a venda de mercadorias e não a venda do ativo imobilizado, como de fato o é.

Com razão a recorrente.

O objeto social da empresa recorrente é a produção e comercialização de descendente de aves matrizes (pintos de um dia) e ovos e, consequentemente, as matrizes usadas neste processo produtivo não são mercadorias e sim capital, no sentido econômico do termo, contabilizado no ativo imobilizado, como o são todo capital empregado no processo produtivo (bebedouros, gaiolas, etc.), sendo que a receita de sua venda não integra a base de cálculo do PIS, por ser receita da venda do ativo permanente, conforme previsto no inciso IV do § 2º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso voluntário para excluir da base de cálculo do PIS o valor da venda (descarte) de aves matrizes, inclusive as eventuais vendas realizadas antes do exaurimento.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 2007.

  
WALBER JOSÉ DA SILVA

